

GT Finanças Verdes

2ª Reunião Anual

14 de novembro de 2023



Laboratório de Inovação Financeira

Coordenadores: Eduardo Cury e Roberta Simonetti

Índice

Participantes.....	3
Pauta da Reunião.....	5
Introdução e Objetivo.....	6
Breve Relato	6
Painel 1 – Incorporando Soluções baseadas na Natureza (SbN) às Infraestruturas tradicionais	6
Painel 2 – Avançando em questões críticas para o desenvolvimento dos Mercados de Carbono.....	9
Painel 3 – Panorama de Financiamento Climático para Uso da Terra no Brasil	11
Principais Avanços do Ciclo Anterior.....	13
Principais Direcionadores para o Próximo Ciclo.....	14
Conclusões.....	14
Links	15

www.labinovacaofinanceira.com | info@labinovacaofinanceira.com

Participantes

André Godoy ABDE	Marcio Silva Pereira BMA	Oswaldo Favero CVM
Cristiano Silva ABDE	Mariana Bloomfield BNDES	David Menegon CVM
Joyce Ponteiro ABDE	Marta Bandeira BNDES	Leopoldo Maciel CVM
Tamily Brito ABDE	Mauro Stein BNDES	Débora Soares Rocha Desenvolve SP
Fernanda Freitas ABGI	Daniel Oliveira BRASFI	Luciana Leal Desenvolve SP
Mario Lewandowski AGBI	Simone Camargo BRDE	Juliana Ribeiro Fundação Grupo Boticário
Leila Harfuch Agroicone	Verusca Couto de Oliveira Caixa	Oneliton dos Santos Fundação Grupo Boticário
Joao Guimaraes Aquaflora	Juliana Ceccato CGEE	Cinthia Caetano Future Carbon Group
Daniela Cruz Banco ABC	Fernanda Ramos CNC	Ana Flávia Moreira GEAgro Puc Minas
Evelyn Baptista Banco Central	Renata Avila CNC	Pedro Bentz grupo report
Luiz Euclides B. Feio Banco da Amazônia	Marcelo Cwerner Conexus	Jorcianne Ferreira iCare
Leticia Maia BCB	Gustavo Kruel Consultor Independente	Mario Melo IBBA
Aurea Carvalho BDMG	Renato Issatugo Consultor Independente	Victoria Santos ICS
Daniel Ricas BID	Gabriela Coser CPI/PUC-Rio	Felipe Moura Infrapar

www.labinovacaofinanceira.com | info@labinovacaofinanceira.com

Rafael Guerrero IPC	Eduardo Sabino NINT/ERM	Andre Ticoulat TransCap
Talita Mendonça KPMG	Renato Barros Opea	Ana Carolina Szklo VCMi
Beatriz Marcoje LAB	Maria Laura Muanis Petrobras	Lucas Basetton Veirano Advogados
Eduardo Cury LAB	Gilberto Nascimento SIS	Luciana Lanna Vieira Vieira Rezende Advogados
Enilce Melo LAB	Ramiro Peres SIS	João Pontedeiro VOX Capital
Larissa Mazolli LAB	Carina Montenegro Stocche Forbes Advogados	Pedro Llorca Xpi
Roberta Simonetti LAB	Natalia Leite TNC	Rafael Miranda Xpi
Rosana Correa Mitsidi	Bianca Peuker TozziniFreire	

www.labinovacaofinanceira.com | info@labinovacaofinanceira.com

Pauta da Reunião

Hora	Conteúdo	Palestrante
14:00 – 14:15	Abertura	ABDE BID CVM GIZ
Painel #1 Financiamento às Infraestruturas Sustentáveis		
14:15 – 14:20	Contexto Incorporando Soluções baseadas na Natureza (SbN) às infraestruturas tradicionais	Eduardo Cury e Roberta Simonetti Coordenadores GT FV
14:20 – 14:50	Apresentação Arcabouço para Títulos Soberanos Sustentáveis	Otávio Ladeira Tesouro Nacional
14:50 – 15:05	Debate Olhando para o futuro: oportunidades de atuação do GT	Membros do GT Finanças Verdes
Intervalo		
Painel #2 Mercados de Carbono		
15:10 – 15:15	Contexto Avançando em questões críticas para o desenvolvimento dos Mercados de Carbono	Eduardo Cury e Roberta Simonetti Coordenadores GT FV
15:15 – 15:45	Apresentação Diretrizes internacionais para Integridade dos Créditos de Carbono	Ana Carolina Szklo Voluntary Carbon Markets Initiative (VCMI)
15:45 – 16:00	Debate Olhando para o futuro: oportunidades de atuação do GT	Membros do GT Finanças Verdes
Intervalo		
Painel #3 Agricultura e Uso Sustentável da Terra		
16:05 – 16:10	Contexto Indo além da agricultura tradicional: fomento à agenda da Bioeconomia Florestal	Eduardo Cury e Roberta Simonetti Coordenadores GT FV
16:10 – 16:40	Apresentação Panorama de Financiamento Climático para Uso da Terra no Brasil	Joana Chiavari e Gabriela Coser CPI-PUC-Rio
16:40 – 16:55	Debate Olhando para futuro: Oportunidades	Membros do GT Finanças Verdes
16:55 – 17:00	Encerramento	ABDE BID CVM GIZ

www.labinovacaofinanceira.com | info@labinovacaofinanceira.com

Introdução e Objetivo

A segunda reunião anual do GT Finanças Verdes ocorreu no dia 14 de novembro de 2023, após a reestruturação do GT, na qual foram estabelecidos os seguintes subgrupos: Mercados de Carbono; Agricultura e Uso Sustentável da Terra; e Financiamento à Infraestrutura Sustentável, que irá trabalhar o tema de forma transversal. Ao longo da tarde, estiveram presentes mais de 70 participantes.

A reunião teve como objetivo apresentar a evolução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos três subgrupos, ouvir especialistas sobre temas atuais e relevantes para a agenda do GT FV e refletir conjuntamente a respeito dos próximos passos no aprimoramento e desenvolvimento dos respectivos planos de trabalho. Com isso em vista, foram convidados representantes do setor público, da academia e de organizações da sociedade civil para compartilhar experiências e perspectivas para estimular o debate e potencializar as contribuições do LAB no fortalecimento da agenda das finanças sustentáveis no país.

Breve Relato

Refletindo a atual estrutura dos subgrupos, a reunião foi organizada em **três painéis**, cujos destaques são apresentados a seguir.

Painel 1 – Incorporando Soluções baseadas na Natureza (SbN) às Infraestruturas tradicionais

Contexto

O primeiro painel teve início com um breve relato sobre o novo subgrupo e a estrutura de trabalho proposta. O mote atual deste grupo é como estimular o financiamento às infraestruturas no Brasil que incorporem aspectos sustentáveis de forma complementar às infraestruturas tradicionais (“cinzas”), com o uso de Soluções baseadas na Natureza.

www.labinovacaofinanceira.com | info@labinovacaofinanceira.com

Para apoiar o desenho da iniciativa, foram realizadas conversas bilaterais com 22 atores-chave neste tema, incluindo governo, setor privado, academia, instituições financeiras, especialistas e ONGs que trabalham nesse campo. As oportunidades e desafios identificados foram agrupados em três eixos: (i) planejamento de longo prazo; (ii) estruturas de financiamento e (iii) elaboração de projetos. Na perspectiva do LAB, vale destacar algumas possibilidades de atuação, que passam por: dar visibilidade às potencialidades das SbN e os benefícios de longo prazo da sua incorporação às infraestruturas tradicionais, especialmente no contexto das mudanças climáticas e da premente necessidade de adaptação das cidades, bem como do aumento de sua resiliência; sensibilizar financiadores e investidores para esse tipo de projeto/solução; conhecer metodologias para mensuração de custos e benefícios e apoiar formuladores e executores de políticas públicas. O plano de trabalho passa pela construção e disseminação de conhecimento e pela identificação, ao longo deste processo, de espaços para atuação do LAB. Foram definidos quatro eixos a serem apresentados, debatidos e desenvolvidos pelo subgrupo: (i) casos de uso; (ii) políticas públicas, (iii) mensuração de custos e benefícios e (iv) soluções de financiamento e implementação.

Apresentação Tesouro Nacional – Emissão de Títulos Soberanos Sustentáveis

Em seguida a palavra foi passada a Otávio Ladeira, Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, responsável pela gestão da dívida pública, seu planejamento estratégico e emissões domésticas e internacionais, entre outras atribuições. A apresentação focou no recém-lançado Arcabouço para Títulos Soberanos Sustentáveis, cuja primeira emissão ocorreu em 13 de dezembro de 2023. O foco do arcabouço são títulos verdes, títulos sociais e títulos sustentáveis a serem emitidos pelo governo.

Otávio destacou que o processo de elaboração do arcabouço durou cerca de dois anos e contou com apoio do BID e do Banco Mundial. Salientou a importância deste documento para sinalizar aos investidores a possível destinação dos recursos provenientes destas emissões e as metas que se pretende atingir com estes investimentos. O Brasil adotou o modelo do *use of proceeds (UoP)*, no qual a finalidade dos recursos é previamente definida, devendo necessariamente endereçar questões ambientais, sociais ou ambas, diferentemente dos *sustainable-linked bonds (SLB)*.

www.labinovacaofinanceira.com | info@labinovacaofinanceira.com

O arcabouço brasileiro seguiu as recomendações¹ da ICMA (*International Capital Markets Association*), diretrizes voluntárias reconhecidas pelo mercado internacional como o guia de melhores práticas que recomenda transparência e divulgação de informações (*disclosure*) para promover a integridade do mercado de títulos verdes. Destacou que o governo recebeu a opinião de segunda parte (*Second Part Opinion*) da Sustainalytics² e que com o arcabouço foi também estabelecido o Comitê de Finanças Sustentáveis Soberanas (CFSS), um colegiado que conta com a presença de onze ministérios, com destaque para a presença do Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento e Orçamento e, naturalmente, do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. Uma das principais atribuições deste comitê é definir critérios de exclusão, e outros processos, para identificar riscos socioambientais dos projetos, além da elaboração dos relatórios de alocação e impactos. No arcabouço estão também definidas as despesas elegíveis para a utilização dos recursos.

Investidores interessados nesta primeira emissão solicitaram um Relatório Indicativo da Alocação dos Recursos (percentual de alocação para cada categoria – duas sociais e seis ambientais, neste caso) com referência aos ODS, isto é, correlacionando os impactos dos projetos aos objetivos do desenvolvimento sustentável. Para atender aos critérios de transparência e comunicação, o Tesouro desenvolveu uma [página](#) que contém todos os documentos citados anteriormente, além de outras informações.

Foi ressaltada a importância desta emissão emblemática para o país, que além de ser a primeira dessa natureza, teve grande demanda³, especialmente de investidores europeus, embora bem distribuída. Finalizou destacando ser este um passo importante, mas apenas o primeiro de uma longa jornada para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Finalizada a apresentação, foram apresentadas as questões a serem trabalhadas pelo grupo como uma contribuição do LAB no desenvolvimento da agenda do financiamento às infraestruturas sustentáveis: (i) incorporação de Soluções baseadas na Natureza às infraestruturas tradicionais,

¹ Green Bonds Principles (GBP) <https://www.icmagroup.org/sustainable-finance/the-principles-guidelines-and-handbooks/green-bond-principles-gbp/>

² <https://www.sustainalytics.com/>

³ A demanda foi muito superior à intenção de captação do Tesouro Nacional (entre USD 1 bilhão e USD 1,5 bilhão) tendo alcançado USD 6 bilhões em apenas duas horas. Foram 241 contas interessadas, superior à última emissão de títulos tradicionais, realizada em abril 2023, quando tiveram 203 contas interessadas.

(ii) financiamento de projetos SbN que visam a adaptação às mudanças do clima e a mitigação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE); (iii) formas de financiamento; (iv) desafios para atrair investidores de longo prazo e (vi) necessidade de novas políticas públicas para fomentar SbN. Este trabalho terá continuidade ao longo do primeiro semestre de 2024.

Painel 2 – Avançando em questões críticas para o desenvolvimento dos Mercados de Carbono

Contexto

O primeiro destaque foi para a maturidade deste tema no âmbito do GT de Finanças Verdes, que promoveu debates e elaborou conteúdos relevantes como contribuição para o avanço desta agenda no país. Em função do interesse de grande parte dos membros, o subgrupo (Finanças e Títulos Verdes) passou a se dedicar exclusivamente aos mercados de carbono (voluntário e regulado).

Para definir o plano de trabalho, foram realizadas reuniões bilaterais com atores-chave, além de conversas nas reuniões quinzenais. Dessas interações, cinco temas relevantes emergiram: (i) infraestruturas de negociação; (ii) projetos de geração de créditos de carbono e seu financiamento; (iii) integridade dos créditos de carbono, (iv) estratégias setoriais de descarbonização e (v) interoperabilidade (entre mercado regulado e voluntário).

A proposta foi promover uma série de mesas temáticas para mapear os desafios e apontar caminhos possíveis, enquanto o Projeto de Lei é discutido e sancionado. Esta série de mesas teve início em outubro (dia 4) como parte da Agenda LAB na WIW2023 (*Word Investor Week*). A 1ª [mesa temática](#) focou nas “Infraestruturas: do registro à negociação”. Em novembro (dia 22) foi realizada a 2ª [mesa temática](#) sobre a “Geração de Crédito de Carbono e Soluções de Financiamento”.

A 3ª mesa será sobre “Integridade dos Créditos de Carbono” (1ª bimestre de 2024), e para aquecer este debate o LAB contou com a participação de Ana Carolina Szklo, diretora técnica (Markets and Standards) *Voluntary Carbon Markets Initiative (VCIM)*, que compartilhou o trabalho

www.labinovacaofinanceira.com | info@labinovacaofinanceira.com

que vem sendo realizado no âmbito da iniciativa, que foca na elaboração de diretrizes em relação à integridade dos créditos de carbono, em um momento no qual a sociedade tem levantado questões críticas sobre a origem dos créditos oferecidos ao mercado.

Apresentação VCMI | Voluntary Carbon Markets Initiative

Ana Carolina contou que esta iniciativa, liderada por um grupo de empresas e com foco no mercado voluntário de carbono, foi instituída na COP26 (2021) para endereçar uma falha de mercado existente. Destacou que por se tratar de um mercado não regulado, tem uma dinâmica fluida, o que aumenta as incertezas (riscos). Para equacionar estas e outras questões, e promover o aprimoramento deste mercado, algumas organizações filantrópicas⁴ uniram esforços para instituir duas iniciativas. Uma delas focada no lado da demanda dos créditos de carbono ([VCMI](#)) e a outra, no lado da oferta ([ICVCM](#)), com especial atenção à qualidade dos projetos de geração de créditos de carbono. O VCMI tem como mandato apoiar as empresas no uso de créditos de carbono e, nesse sentido, desenvolveu um Guia (“[Claims Code of Practice](#)”) para orientar as empresas quanto à qualidade e integridade dos créditos e também em relação aos diversos compromissos/declarações (“*claims*”, como “carbono zero”, “neutro”, “positivo”; “clima positivo” etc.), que têm proliferado rapidamente, gerando uma diversidade de rótulos que confundem consumidores e investidores e deixam muitas dúvidas.

O Guia foi elaborado a partir de um processo colaborativo, incluindo consulta pública global, pilotos com empresas e conselho de especialistas e apresenta quatro passos para que a empresa possa assumir compromissos com segurança e receber o reconhecimento adequado (selo). Na nova versão do Guia foram acrescentadas novas diretrizes (*Monitoring, Reporting and Assurance*); VCMI Claims Branding, além de versão beta sobre a proposta de flexibilização do escopo 3. O VCMI possui também uma estratégia (*VCM Access Strategy Toolkit*) focada nos governos anfitriões (países geradores de créditos) para que possam considerar o mercado voluntário como uma ferramenta adicional para suas estratégias de financiamento climático.

⁴ The Integrity Council for the Voluntary Carbon Market (iC); CDP; Science-based Targets Network (STBi); GHG Protocol e We Mean Business Coalition.

Painel 3 – Panorama de Financiamento Climático para Uso da Terra no Brasil

Contexto

O terceiro e último painel foi dedicado a temas atuais, e centrais para a agenda do subgrupo de Agricultura e Uso Sustentável da Terra, sendo ponto de contato entre as complexas questões fundiária e climática. Foram convidadas Joana Chiavari e Gabriela Coser, da CPI/PUC-Rio, para apresentar o [estudo](#) “Panorama de Financiamento Climático para Uso da Terra no Brasil”, lançado em setembro de 2023, do qual são coautoras⁵.

Inicialmente foi apresentada uma visão geral sobre as atividades do subgrupo. No início deste ciclo (2023-2024), o grupo definiu como tema central, com base nas duas iniciativas previamente mapeadas⁶, a Bioeconomia. Tendo em vista que o debate sobre este tema é muito recente no âmbito do Mercado Financeiro e de Capitais, a proposta foi trabalhar uma Linha de Conhecimento com três eixos principais: (i) conceitos, (ii) políticas e (iii) modelos de financiamento e instrumentos financeiros. A proposta foi aprimorada a partir de conversas bilaterais, sendo, então, validada pelo grupo.

Para dar início às apresentações, com o objetivo de disseminação de conhecimento e troca de experiências, contamos com apresentações de TNC/UNEP⁷, WRI⁸, CPI/PUC-Rio⁹ e CGEE¹⁰. Na sequência o foco será em projetos em Bioeconomia (sentido amplo), os modelos de financiamento adotados, os desafios encontrados, as soluções que se apresentam ou estão sendo desenhadas. Serão convidadas a compartilhar suas experiências, organizações como a Conexsus, Vox Capital, BNDES, JGP, entre outras. Ao final desta fase pretende-se elaborar um documento que possa contribuir com o aumento da canalização de recursos financeiros a este tipo de projeto.

⁵ Junto com Priscila Z. Souza e Renan Morais.

⁶ As iniciativas mapeadas foram: (1) Roadmap Finanças ASG para promover a Bioeconomia e a Valorização do Capital Natural e (2) Framework ASG para a Agropecuária e Finanças Sustentáveis para a Agricultura de Baixo carbono (ABC).

⁷ <https://www.tnc.org.br/o-que-fazemos/nossas-iniciativas/agricultura/ifacc/> - Innovative Finance for Amazon, Cerrado and Chaco

⁸ WRI Nova Economia da Amazônia – [link](#)

⁹ Climate Policy Initiative | CPI/PUC-Rio com o estudo Bioeconomia na Amazônia: Análise Conceitual, Regulatória e Institucional – [link](#)

¹⁰ Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e os projetos: Observatório da Bioeconomia (OBio) [link](#) e Oportunidades e Desafios em Bioeconomia (ODBio) [link](#)

Apresentação CPI/PUC-Rio

Gabriela iniciou destacando que este é o primeiro panorama de financiamento climático elaborado pela CPI/PUC-Rio, que se apoia na experiência de mais de uma década do CPI Global no mapeamento de fluxos financeiros alinhados a clima, sendo a primeira análise dessa natureza com foco no uso da terra. Para a realização deste estudo, a modelagem foi adaptada ao contexto brasileiro de modo a trazer os resultados esperados. O estudo parte da premissa de que o uso da terra tem um papel central na descarbonização da economia brasileira e que as estratégias de financiamento devem estar a serviço: (i) da transição para a agropecuária de baixo carbono – ABC; (ii) da proteção das florestas; (iii) do aumento da resiliência do país às mudanças climáticas e redução das vulnerabilidades socioambientais e (iv) de atividades que sejam compatíveis com a preservação da floresta e de seus habitantes.

O estudo mapeia e quantifica os fluxos financeiros para agricultura e florestas que estejam alinhados aos objetivos de mitigação e de adaptação climática, com base nos dados de 2015 a 2020. As perguntas norteadoras da pesquisa foram: (i) quanto de recurso está fluindo e quais as fontes que impulsionam estes investimentos; (ii) quais os principais instrumentos financeiros disponíveis e (iii) quais setores estão se beneficiando deste fluxo de investimentos. A análise aplica o diagrama de Sankey (“ciclo de vida dos produtos financeiros”) para elaborar o mapa dos fluxos, nas categorias de análise: origem, fontes, canais de desembolso (intermediários), instrumentos, setores beneficiados e uso climático, isto é, a contribuição deste fluxo para mitigação, adaptação ou ambos. Para estruturar os fluxos são consideradas cinco áreas: (i) Política de Crédito Agropecuário, (ii) Gestão de Risco Agropecuário, (iii) Gastos do Governo, (iv) Mercado Financeiro e (v) Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

Os usos foram agrupados de acordo com as atividades realizadas sobre a terra: Agricultura, Florestas e Multissetorial. Os critérios adotados para rastrear estes financiamentos foram baseados em referências nacionais e internacionais¹¹. Dentre os principais achados, foram destacados (período 2015-2020):

¹¹ CPI Global, CPI/PUC-Rio, Consulta Pública nº 82 de 2021 (BCB) e Rio Markers (OECD 2018).

- O fluxo financeiro climático para uso da terra no Brasil foi, em média, R\$ 25,1 bilhões ao ano (65% de aumento), devido especialmente às emissões de títulos climáticos;
- Origem: mercado doméstico (95%), sendo 63% dívida privada e 32% dívida pública; mercado internacional (5%), basicamente de dívida pública;
- Canais de desembolso: 64% por meio de instituições financeiras e 15% de órgãos governamentais;
- Instrumentos: Crédito Rural (48%), Gestão de Riscos (16%), Títulos Temáticos (16%), Orçamento Público (11%), Créditos de Baixo Custo (5%) e Doações (3%);
- Setores beneficiados: Agricultura (60%), Florestas (25%), Pecuária (8%), Bioenergia e Combustíveis (5), multissetorial (1%);
- Uso Climático: Mitigação (68%), Adaptação (19%) e ambos (13%).

O estudo demonstra a relevância do setor público para o financiamento climático e uso da terra no Brasil (11% dos recursos mapeados) e confirma a importância das políticas públicas para direcionar o bom uso da terra no Brasil. Instrumentos de gestão de riscos agrícolas constituem a principal ferramenta para adaptação climática (R\$ 4 bilhões/ano ou 16% dos fluxos identificados), sendo que destes R\$ 1,9 bilhões/ano vem de produtores rurais e financiamento privado.

O Brasil espera atrair grandes volumes de recursos internacionais para a agenda climática, entretanto, nota-se que este fluxo está muito abaixo do potencial (95% fontes nacionais) o que constitui um desafio para o país.

Principais Avanços do Ciclo Anterior

Os principais avanços do ciclo anterior estão relacionados à implementação da nova estrutura de subgrupos, às trocas de conhecimento entre diferentes atores, a ampliação da participação do setor público nas reuniões, com destaque para as contribuições relacionadas aos Mercados de Carbono. Ao longo de 2023 o grupo finalizou a [publicação](#) “Mercado Voluntário de Carbono: contribuições para o seu desenvolvimento”, tratando de temas centrais para o desenvolvimento dos mercados de carbono, como natureza jurídica dos créditos, a participação dos agentes do mercado de capitais por meio do certificado de recebível de crédito ambiental (CRAM), a

www.labinovacaofinanceira.com | info@labinovacaofinanceira.com

tributação aplicável às operações do mercado voluntário de carbono e os aspectos de riscos, especialmente relacionados à questão fundiária, tema especialmente relevante no contexto brasileiro. Foi realizado um [webinar](#) para divulgação da publicação, com a participação das lideranças da publicação, a CVM e a Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda.

Principais Direcionadores para o Próximo Ciclo

A solução para os desafios que se apresentam para a sociedade, a economia e o meio ambiente passam pela conjunção de conhecimento científico, políticas públicas que incentivem e direcionem a economia e a alocação de capital para o desenvolvimento econômico, a inclusão produtiva e distribuição de renda com proteção da Natureza, seja pela conservação do solo, pela manutenção de florestas nativas e de habitats naturais para preservação da biodiversidade, continuidade de ciclos hidrológicos e biológicos, aumento de produtividade e segurança alimentar que beneficiarão toda a sociedade brasileira.

O novo cenário institucional abre espaço para o avanço do mercado regulado de carbono, tema com o qual o grupo pretende contribuir. As parcerias podem ser intensificadas com o conhecimento gerado a partir do uso de soluções baseadas na Natureza (SbN), e tais aspectos devem ser incorporados na agenda de infraestrutura sustentável. Ao mesmo tempo o fortalecimento das políticas ambientais e da Sustentabilidade como tema transversal, sendo tomado como base em diferentes áreas públicas abre potenciais novos caminhos. No tema da Bioeconomia, que emerge com mais intensidade, o grupo poderá também aportar importantes contribuições. Esses temas serão foco dos próximos trabalhos deste GT.

Conclusões

É cada vez mais evidente a necessidade de ampliar os investimentos em atividades que não apenas deixem de degradar a natureza, mas contribuam com a sua restauração. Direcionar mais recursos para a produção de alimentos compatíveis com a conservação da floresta e de sua biodiversidade e ao mesmo tempo gerem retornos para comunidades e pequenos produtores, a

www.labinovacaofinanceira.com | info@labinovacaofinanceira.com

ideia de incorporar Soluções baseadas na Natureza a projetos de infraestrutura cinza como forma de adaptação, em especial das áreas urbanas que necessitam ampliar sua resiliência, ainda carece de maior entendimento, maior visibilidade e incentivos. Os mercados de carbono devem compor o quadro de soluções para a questão climática e o desafio de financiar projetos que contribuam com as NDC e os compromissos assumidos pelas empresas rumo a um futuro que passa pela neutralidade, até chegarmos a modelos que capturam gás carbônico da atmosfera, ao invés de aumentar sistematicamente sua concentração na atmosfera, intensificando o efeito estufa.

Para responder a esses desafios é preciso pensar formas diferentes de produzir, consumir e, principalmente, investir, sendo o setor financeiro um grande motor das atividades econômicas, se mostra fundamental seu engajamento na busca coletiva de soluções.

Mais uma vez, a reunião contou com um amplo número de participantes, com participação de importantes interlocutores dessas agendas, muito abertos e dispostos a colaborar e compartilhar seus conhecimentos e visões. Isso reafirma o papel do LAB como um potente agregador e indutor do avanço das Finanças Verdes no Brasil

Links

Gravação da reunião encontra-se neste [link](#)

Apresentações

Tesouro Nacional [link](#)